

Dívida: o Brasil de

O governo espera o resultado das negociações da Argentina e Venezuela

O governo brasileiro pretende explorar ao máximo as condições favoráveis que provavelmente irão marcar a renegociação da dívida externa de países como Venezuela, Argentina e Filipinas, para tentar obter as mesmas vantagens. As autoridades econômicas esperam para os próximos dias novidades sobre os acordos acertados por esses países com seus credores, de forma que ao iniciarem a fase 3 da renegociação, na próxima semana, possam reivindicar ganhos adicionais.

A Venezuela, a exemplo do México, vem servindo de parâmetro para os negociadores brasileiros. Os venezuelanos conseguiram refinanciar parcela elevada da dívida a vencer nos próximos anos, de forma que não haverá carência. O Brasil fará o mesmo, nos próximos cinco anos, de modo que, se o débito total no período for de US\$ 50 bilhões, vai pagar uma parcela por ano e refinanciar a outra pelo prazo de 14 anos.

Embora tendo acertado com o comitê assessor, a Venezuela ainda não assinou formalmente os contratos de refinanciamento. Para técnicos do governo brasileiro, isso significa resistência de alguns bancos credores a esse tipo de negociação. E o Brasil, com débitos mais elevados, não está livre de problemas na renegociação plurianual.

Japão

Toshio Watanabe, presidente do Banco de Tóquio no Brasil e um dos coordenadores do comitê de bancos credores, confirmou que o Brasil acabará por conseguir a renegociação plurianual, mas não sem muito esforço. Particularmente o Bank of Tokio está tentando obter a adesão dos países da Ásia, e do próprio Japão. Os japoneses são credores de US\$ 15 bilhões da dívida externa brasileira total de US\$ 100 bilhões.

Para Watanabe, o Brasil já demonstrou pelo menos uma boa colaboração, na medida em que abriu mão de solicitar recursos novos à comunidade bancária internacional. Quanto a compensar essa ausência de dinheiro novo com aumento de créditos comerciais, ele entende que isso poderá até se concretizar, desde que o saldo da balança comercial brasileira continue bastante favorável, como atualmente.

Um problema adicional para os negociadores brasileiros é a sucessão presidencial. Antes de 15 de janeiro, data da eleição indireta no Colégio Eleitoral, a nova fase de renegociação não será fechada. O presidente do Bank of Tokio confirmou que, em contatos informais com outros banqueiros, notou que eles prefeririam renegociar com o próximo governo.

Por sua vez, economistas da oposição que estão ajudando na elaboração do programa econômico do candidato Tancredo Neves já reiteraram a necessidade de solicitação de dinheiro novo. Sem isso, insistem, o País continuará atrelado à política recessiva imposta pelo FMI.

O ministro do Planejamento viaja sexta-feira para Nova York e Washington, onde tem encontros marcados com William Rhodes, coordenador do comitê de bancos que renegocia a dívida brasileira, Jacques de Larosière, diretor-gerente do FMI, e Alden Clausen, presidente do Banco Mundial. E pode encontrar-se também com o secretário do Tesouro dos EUA, Donald Regan. Depois, ele irá a Londres em busca das reações da comunidade financeira inglesa à estratégia de renegociação brasileira.

Segundo assessores da Sepplan, as principais características dessa estratégia são: rolagem plurianual dos débitos a vencer nos próximos cinco anos; taxas de risco menores; dispensa de prazos de carência e de novos empréstimos; e estudos sobre a volta do Brasil ao mercado financeiro na forma de empréstimos sindicalizados.

EUA: sistema de preferências muda em 87.

Os Estados Unidos só mudarão o sistema de preferências para compra de produtos externos a partir de 1987, informou ontem o diretor de Desenvolvimento da Política Comercial para a América Latina, John Odell, que está no Rio como integrante da representação norte-americana para o comércio internacional, que participa da 3ª Semana Rio Internacional.

Segundo explicou, dentro de dois anos o novo presidente dos EUA analisará a relação de produtos, para então estabelecer quais as mudanças a serem adotadas nas tarifas alfandegárias. O sistema de preferências para venda de produtos aos EUA é adotado de forma unilateral pelo governo, e passou a ter leis específicas assinadas pelo presidente Ronald Reagan, em 30 de outubro último.

John Odell informou que, de acordo com esta legislação, caberá ao presidente norte-americano e a sua assessoria analisar caso a caso a questão das preferências de cada produto. Nesta análise, serão considerados os seguintes fatores: se o país que deseja a preferência permite o adequado acesso dos produtos fabricados pelos EUA ao seu mercado; e se não coloca impedimentos à "propriedade intelectual", como patentes, royalties e copyrights.

No caso brasileiro, a reserva de mercado para a área de informática "certamente será levada em consideração no sistema de preferências, pois trata-se de uma restrição a produtos norte-americanos, mas a questão da dívida externa brasileira também será um fator importante para qualquer decisão".

Olho nos vizinhos

para pedir as mesmas vantagens de pagamento aos credores

C MUNDO

Quarta-feira, 7-11-84 — O ESTADO DE S. PAULO